



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Morro Grande

DECRETO N° 09/2021

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO, CONDUÇÃO E SANEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS TENDO POR OBJETO A APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PREVISTA NA LEI FEDERAL N° 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal n° 13.465/2017 e Decreto Municipal n° 23/2019;

DECRETA:

Art. 1° - Fica constituída a Comissão de Regularização Fundiária Urbana do Município de Morro Grande/SC, conforme abaixo:

- I - Elaine Marchesini Zuchinali - Secretária de Administração e Planejamento;
- II - Rodrigo Crepaldi Pazzini - Engenheiro Civil;
- III - Aurivam Marcos Simionatto - Procurador do Município;
- IV - Marlon Tomazi - Agente Administrativo;
- V - Sirlane Santos de Jesus Marques - Assistente Social;
- VI - Volnei Favarin - Advogado;
- VII - Tâmilis Candéo - Agente Administrativo.

Art. 2° - A presidência da Comissão de Regularização Fundiária Urbana do Município de Morro Grande/SC será exercida pela Secretária de Administração e Planejamento.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Morro Grande

Art. 3º - A Comissão desempenhará suas funções sem ônus para o erário municipal.

Art. 4º - São atribuições da Comissão:

§1º Quando o Município não for o Requerente da Regularização Fundiária Urbana:

- I - Processar administrativamente o requerimento;
- II - Classificar, caso a caso, as modalidades da Reurb;
- III - Processar, analisar e aprovar o projeto de regularização fundiária;
- IV - Sanear o procedimento administrativo;
- V - Elaborar a Certidão de Regularização Fundiária - CRF.

Art. 5º - A Comissão de Regularização Fundiária Urbana ficará instalada na Secretaria de Administração e Planejamento, utilizando sua infraestrutura e corpo técnico sempre que necessário.

Art. 6º - A Comissão de Regularização Fundiária Urbana irá regulamentar o fluxograma das fases dos procedimentos administrativos e a relação da documentação necessária para a efetivação da regularização.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 06 de janeiro de 2021.


CLELIO DANIEL OLIVO
Prefeito Municipal